O CRIME ORGANIZADO E A EFICÁCIA POLICIAL: CASO DE MOÇAMBIQUE

BORGES, Egor Vasco ¹

Resumo

O presente artigo pretende refletir em torno do crime organizado e a eficácia policial em Moçambique tendo como base de análise as pesquisas publicadas sobre o assunto bem como artigos publicados pelos jornais. Principal foco recairá sobre alguns aspectos que caracterizam a organização policial moçambicana no que se refere à eficácia de suas ações de controle e repressão da criminalidade organizada no período pós-independência. O objetivo é refletir em torno das transformações que ocorreram no campo das infrações criminais, bem como na evolução das respostas que o Estado tem dado ao crime organizado baseando-se, sobretudo, em pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Crime organizado; eficácia policial.

¹ Mestrando em Sociologia da UNESP - Campus de Araraquara. Artigo apresentado no III Simpósio de pós-graduandos em Sociologia (USP - Agosto de 2010)

1. Introdução

Enquanto as sociedades caminham para o desenvolvimento, a criminalidade também avança em todos os fragmentos e grupos da população. Contrariamente, as ações de prevenção e combate ao crime não seguem no mesmo ritmo, sobretudo porque, atualmente, a ação policial subordina-se a uma multiplicidade de exigências, próprias do ambiente democrático e do estado de direito, que impelem a conjugação de esforços que permitam uma permanente adequação entre meios e fins na procura de melhores resultados em face dos objetivos traçados pela organização policial. Resolver o problema apenas através de atribuição de meios tecnológicos e humanos devidamente qualificados para materização dos objetivos previamente estabelecidos pelas organizações policiais significa atacar parte do problema visto que a necessidade de encontrar ferramentas que permitam avaliar o trabalho policial torna-se imprescindível para que se reduzam as fragilidades existentes nas ações de prevenção e repressão da criminalidade organizada e se ataquem os fatores que obstaculizam a eficácia policial em Moçambique.

2. Contexto teórico da discussão

Para a compreensão ou interpretação do crime organizado e a eficácia policial em Moçambique após 1975 exige-se, antes de tudo, estabelecer alguma relação entre as duas variáveis, em análise, e as transformações político-econômicas que o Estado sofreu nomeadamente, o socialismo e o capitalismo. Segundo MARCELO MOSSE e PETER GASTROW (2002) só é possível falar de crime organizado em Moçambique depois de 1986, quando o regime socialista entrava em colapso, pois no Estado socialista a organização policial se apresentava devidamente equipada e combatia-se com veemência qualquer ação contrária a lei e qualquer possibilidade de acumulação de riquezas sem justa causa. O Estado centrava-se num planejamento centralizado orientado para a construção de uma sociedade livre das desigualdades sociais e das injustiças baseadas na exploração do homem pelo homem.

A transição desse regime para o capitalista trouxe consigo uma série de modificações que para além de incidir sobre as privatizações de empresas estatais também gerou mutações no comportamento criminal dos indivíduos em face da acentuação do desemprego motivado pela demissão massiva de trabalhadores desqualificados que pertenciam, principalmente, ao setor

industrial. Assim, os novos padrões de vida exigiam uma competitividade permanente entre os indivíduos na busca da autonomia individual financeira através de iniciativas orientadas para a sua inserção no contexto da sociedade regulada pelos mecanismos de mercado. Nada mais resta aos desempregados e aos demais desfavorecidos (a quem o Estado aprovisionara outrora bens de consumo), senão refugiar-se no setor da informalidade ou então enveredar por condutas desviantes como forma de se inserir na lógica mercantilista. Assim, a partir da década de 1990 um fato curioso chamou à atenção a sociedade moçambicana: tratava-se da apreensão de 400 toneladas de haxixe empacotadas em latas de bolacha de uma indústria nacional, o que vislumbrava a idéia de existência de crime organizado ou pelo menos de alguma ligação internacional com ele, uma vez que o mercado nacional não demonstrava a capacidade de consumo e nem do poder de compra dessa quantidade de substâncias psicotrópicas.

Neste sentido, cabe ressaltar que a essência do termo crime organizado reside no fato de ser um ato “... praticado por qualquer grupo que apresente alguma forma de estrutura com a principal finalidade de obtenção de lucro por meio de atividades ilegais e uso da violência (moral e física) e da corrupção de agentes públicos” (BORGES, 2002 apud FBI). Apesar de o termo suscitar diversas interpretações doutrinárias (BORGES, 2002)

partilhamos também do entendimento segundo o qual:

O crime organizado refere-se às formas de atividade que revelam muitas das características dos negócios ortodoxos, mas que são ilegais (...) abrange o contrabando, os jogos ilegais, o comércio das drogas, a prostituição, os roubos em larga escala e a proteção do mercado negro (...) baseia-se na violência ou na ameaça da violência (GUIDDENS, 2009, p.195; FERREIRA, 1995, p.185).

Compulsando-se a MINGARDI (2008) e GIDDENS (2009), das várias definições que se tem dado ao termo crime organizado tem sido comum entre os autores as seguintes características:

- Hierarquia;
- Previsão de lucros;
- Simbiose com o Estado;
- Divisão do trabalho;
- Planejamento empresarial;
- Violência ou intimidação;
- Transnacionalização.

Como se pode perceber, o crime organizado que se pretende abordar não se refere ao tradicional, mas sim ao empresarial que compreende uma diversidade infinita de atividades criminais que, aparentemente, se apresentam como lícitas envolvendo por vezes

agências, instituições e um quadro de funcionários motivados a cumprir os objetivos ilícitos devido a altas recompensas, certeza de impunidade e por estar relacionada com o poder público, majoritariamente representado pelos agentes públicos em determinadas posições hierárquicas. Esta modalidade criminosa abarca também várias categorias e “... em Moçambique manifesta-se de modo diverso (...) figuram os que estão ligados ao tráfico de drogas, à lavagem de dinheiro, roubo de viaturas, tráfico de armas e de drogas” (PAULINO, 2003, p.7) acrescenta-se a este grupo o tráfico de órgãos e de crianças para a rede de prostituição em outros países.

Limitando-se aos exemplos particulares de Moçambique a reflexão sobre as ações policiais e seu alcance no controle e repressão do crime organizado orientar-se-á em torno de três características deste ato criminal cujas manifestações se evidenciam e são passíveis de identificação, designadamente: violência, corrupção e globalização/transnacionalismo.

3. Violência: dilemas entre o poder do Estado e o dos criminosos

Moçambique tem vivido vários problemas quanto à segurança pública, com a violência cada vez mais envolvida no cometimento de crimes, conforme consta na pesquisa que propiciou o

Plano estratégico da Polícia da República de Moçambique:

A criminalidade e o sentimento de insegurança em Moçambique aumentaram, embora do levantamento sobre a situação da criminalidade entre 1997 a 2002 se tenha constatado uma tendência de estabilidade dos crimes reportados a Polícia (PEPRM, 2003).

Segundo a UNICRI – Organização das Nações Unidas para a pesquisa em Criminalidade e Justiça - “O aumento do sentimento de insegurança não se deve tão somente da variação da criminalidade reportada, mas também ao tipo de criminalidade e as formas de cometimento dos crimes” (2003). Decorre desta idéia de que o equilíbrio quantitativo dos casos de crime denunciado não pode significar uma satisfação para as autoridades policiais, uma vez que os novos padrões de atuação criminal se associam, cada vez mais, a atos de violência que se propagam através de homicídios² as várias individualidades incluindo policiais bem como pode também estar conexo a algum fator de desmotivação das vítimas em denunciarem as autoridades o ato criminal de que foram alvos. A

² À título exemplificativo: O jornalista **Carlos Cardoso** que fizera a cobertura de um desfalque bancário, **Freira Elilde**, missionária Brasileira, que denunciou o tráfico de órgãos, **Siba-Siba Macuacua**, auditor do Banco Austral, entre várias pessoas da estrutura Policial investigativa e penitenciária;

violência é uma característica que distingue a modalidade criminal em análise, tanto na sua forma tradicional bem como na empresarial, e se legitima nestes grupos organizados como meio de manutenção da ordem interna, ou seja, uma espécie de penalização aos que se desviarem da regra do jogo que muitas vezes se traduz na pena máxima. Estas ações permitem-nos inferir que, de uma forma geral, se está em face de uma forma de polícia, uma vez que existem “... pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro desse grupo através da aplicação da força física” (BAYLEY, 2006).

Assim sendo, esta forma de ação desencadeada por estes grupos organizados demonstra certa incapacidade do Estado em controlar os meios de violência que impõem uma determinada conduta aos cidadãos que dominados pelo sentimento de insegurança se vêem coagidos e impossibilitados de permanecerem ou freqüentarem alguns locais públicos os quais desejam submetendo-se, deste modo, a certa ordem que através da força física descredibiliza e fragiliza a organização policial, instituição fundamental do Estado moderno, a quem recai o monopólio do uso do poder coercitivo para que se encarregue de mobilizar todos os meios ao seu dispor, para impedir a ocorrência de danos morais e materiais que as leis procuram prevenir, bem como delimitar as condutas individuais susceptíveis de

perigarem interesses gerais da coletividade.

4. Corrupção: Fragilidade Institucional da Organização Policial

Igualmente, outra variável a ser considerada ao se refletir sobre a criminalidade organizada em Moçambique é a corrupção de agentes públicos³ que segundo MOSSE (2005) começou a se constatar, acentuadamente, com a introdução da democracia e a economia do mercado. Este fato assola o setor administrativo na sua globalidade e a organização policial tem o seu lugar de destaque, pois foi considerado por diversos estudos, incluindo o relatório sobre direitos humanos (2010) publicado pela embaixada dos EUA em Moçambique que reporta que este fenômeno generaliza-se no seio da corporação policial constituindo-se assim em um sector do Estado o qual o crime organizado granjeia certa simpatia e facilitação confirmando-se a idéia de que:

Existem ligações entre os diversos tipos de crime organizado e indivíduos em

³ O Jornal Semanário SAVANA do dia 04.06.10 faz um recorte do Relatório Internacional de Controle Narcótico (2010) que aponta como fatores que fertilizam o tráfico de drogas em Moçambique a vulnerabilidade fronteiriça, fraca vigilância policial na costa, formação e equipamento inadequados das agências de administração de justiça e corrupção na polícia e no poder judicial;

cargos chaves [...] estas ligações vão desde a participação ativa em atividade ilegal, até a recepção de recompensas por estas atividades para fazerem de conta que não veem o que se esta a passar por um determinado preço (USAID, 2005, p.15).

Neste sentido, há quem considere que este fato se associa à remuneração auferida pelos policiais o que enfraquece, de certo modo, sua atuação perante ilegalidades praticadas pelas organizações do crime organizado, por conta das recompensas extra salariais que o incluem na senda da ordem consumista, parafraseando PAULINO (2003, p.07) “...baixos salários dos funcionarios públicos - incluindo os da polícia – (...) os torna mais vulneravel a corrupção”. Neste contexto, nos termos de DIAS (1997, p.459) a resposta policial perante este casos será ineficaz uma vez que:

Quanto maior for o poder e o status do infractor, menor será a probabilidade de ele ser formalmente processado pela Policia (..) com a localização social do individuo (...) sobem as perturbações e os riscos profissionais (...) como aumentam as eventuais recompensas pela concessão de um tratamento privilegiado.

5. Globalização e Crime Organizado

A globalização entendida como um processo que envolve diversas especificidades desde a técnica, a ciência e a política que para além de interligar as várias nações do mundo inteiro em torno de um centro, permite também a mundialização do mercado e tem também propiciado aos agentes do crime organizado que, usando dessas tecnologias, engendram suas ações com certa racionalidade por meio de redes de organizações que se expandem pelo mundo inteiro. A dimensão transnacional⁴ constitui-se, assim, uma das características que também deverá ser adicionada a este tipo de crime, pois segundo o pronunciamento do Procurador Geral “a criminalidade global atinge seriamente Moçambique” (PAULINO, 2003, p.7). Neste sentido, as organizações criminosas, para além de agirem num espaço nacional fornecendo bens e serviços ilegais aos seus consumidores, parecem ter várias representações e ramificações extendidas por vários países uma vez que:

Moçambique é somente um de entre um número estimado de 10 países (Angola, Botswana, DRC, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e

⁴ GUIDDENS (2004:235) admite o carácter transnacional ou a escala global das ações do crime organizados

Zimbabué) que abastecem o mercado de tráfico de pessoas que fornece a África do Sul, o ímã regional (UNESCO, 2006, p.1).

Ora, se as organizações criminosas se estrutura, de forma globalizante, com meios tecnológicos e humanos diversos para alcançar seus fins ilícitos, de que forma a Polícia de Moçambique evolui para se reajustar à nova realidade e elevar o seu desempenho no esclarecimento destes crimes?

Para responder a esta questão importa resgatar o contexto das transformações políticas e econômicas que permitiram a transição do socialismo para o capitalismo que trouxeram consigo algumas alterações na área de segurança pública, designadamente: o crescimento da criminalidade, gerado pela desigualdade social e, igualmente, a segurança tornou-se algo simbólico, pois a organização encontra-se debilitada materialmente, o que não permite um enfrentamento qualitativo não somente em relação à criminalidade organizada, pois segundo SANTOS (2001) a complexidade da infração e os custos da investigação são fatores que inibem uma intervenção policial eficaz e eficiente perante o crime organizado. Neste sentido as fragilidades materiais na área de segurança tornam o país um local preferencial pelas organizações criminosas devido à certeza de impunidade e de um trânsito facilitado:

As fracas estruturas estatais, resultantes das disrupções de economias em transição, contribuem para um ambiente favorável a organizações criminosas predatórias. Estruturas paralelas em substituição das estruturas de segurança estatal dominam essas economias e prosperam através do medo e da intimidação (UNESCO, 2006, p.12).

6. Crime Organizado e Resposta Policial

Dos cenários acima expostos decorre que a eficácia policial entendida como sendo a obtenção dos melhores resultados pela polícia, face ao seu principal objetivo (CLAUDIO E BEATO, 2006) de prevenir e combater a criminalidade (alínea b do art. 2 da lei nº19/92 de 31 de Dezembro, a prevenção e combate à criminalidade constituem tarefas da PRM) tem sido limitada por vários fatores de ordem exógena à instituição policial, fato que nos remete à idéia de que:

Medidas de eficácia tais como taxas de solução crimes, que normalmente traduzem a proporção entre o número de prisões e o número de crimes relatados são completamente artificiais (...) medem o que a polícia faz – realizar prisões – e não o que a polícia alcança com isso – a prevenção dos crimes.

Taxas de solução de crimes podem ser consideradas medidas da eficácia policial apenas se punir for considerado o objetivo primário da polícia (BAYLEY, 2006, p.31).

A ser assim, a determinação da eficácia policial torna-se controversa devido à própria natureza da atividade policial que aparece cada vez mais ligada às variáveis subjetivas e quantitativamente imensuráveis. De fato, seria difícil “medir em termos quantitativos a segurança pública, a ordem pública ou o respeito de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos” (CLAUDIO E BEATO, 2006, p.132). Contudo, as taxas de esclarecimento da criminalidade complementam as ações preventivas policiais no sentido de não gerarem sentimento de impunidade no seio da comunidade a qual servem. Neste sentido, o fracasso de medidas preventivas deve desencadear em tempo hábil um processo investigatório que permita esclarecer o fato criminal e responsabilizar os praticantes da ação criminal devolvendo, deste modo, a confiança dos cidadãos na instituição policial mediante a certeza da existência de um mecanismo de justiça eficiente que incide contra qualquer ação que viole a lei.

A determinação da eficácia policial a partir de indicadores de taxas de esclarecimento e índices de criminalidade demonstra-se incompleta e injusta não porque não

mede o que a polícia faz, mas sim por desconsiderar vários fatores determinantes da ocorrência do crime remetendo sua explicação ao fracasso do controle social formal, em particular da Polícia. Nesse sentido, para uma análise justa da eficácia do controle social realizado pela Polícia é necessário também relevar outros indicadores tais como: o sentimento de insegurança, a confiança, a satisfação da comunidade, o tempo de duração dos inquéritos de investigação dos crimes, a qualidade de comunicação partilhada multisetorialmente, capacidade de resposta as denúncias telefônicas etc.

7. Considerações Finais

o decurso da apresentação do presente artigo tentou-se aglutinar um rol de idéias baseadas na escassa bibliografia disponível sobre o tema em análise. Tendo em conta que se pautou por uma pesquisa bibliográfica preliminarmente pode-se concluir o seguinte:

- No que se refere ao crime organizado, a eficácia policial em Moçambique está longe de ser alcançada visto que este tipo de crime exige uma elevada combinação de meios humanos, materiais, tecnológicos, bem como financeiros. Nesta ordem de idéias é necessário potenciá-la dotando os seus investigadores de formação especializada, disponibilidade atempada de recursos e, se

possível, a criação de uma brigada ou departamento especializado. Assim, estaríamos a concorrer para minimizar o pouco ou senão inexistente esclarecimento destes crimes;

- Por outro lado, importa reter que alguns avanços têm se registrado sobretudo ao nível legislativo, a criação da Unidade anti-corrupção, a lei sobre a corrupção e ainda recentemente a criação do Gabinete de Informação financeira de Moçambique (ARNAÇA, 2007) que irá encarregar-se da fiscalização do branqueamento de capitais e crimes conexos.

8. Referências Bibliográficas

- ARNAÇA**, Felisberto, *Governo quer reduzir acção da mafia financeira*, In: __. Jornal Noticias do Dia 17-05-2007;
- BAYLEY**, David. H. *Padrões de Policiamento: uma análise comparativa internacional*. São Paulo: EDUSP. 2006;
- CLAUDIO**, C; **BEATO**, F. *Ação e Estratégia das Organizações Policiais*. UFMG. São Paulo. 2005
- DIAS**, Jorge Figueiredo & Andrade, Manuel da Costa. *Criminologia. O Homem Delinqüente e a Sociedade*

Criminógena, Coimbra: Coimbra Editora, 1997;

FERREIRA, J. M. Carvalho et al *Sociologia* editora McGraw-Hill Portugal, 1995;

GASTROW, Peter e **MOSSE**, Marcelo. *Mozambique: Threats posed by the penetration of criminal networks*. In: __. ISS Regional Seminar. Pretoria 2002.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Gulbenkian. 2004;

MOSSE, Marcel. *Corrupção em Moçambique: alguns elementos para debate*. S/Ed. Maputo: 2005;

OLIVEIRA, José Ferreira de. *As políticas de segurança e os modelos de policiamento - A emergência do policiamento de proximidade*. Lisboa: ISCPI. 2000

PAULINO, Augusto Raul. *Criminalidade global e insegurança local – o caso de Moçambique*. In: __. Colóquio internacional de Direito e Justiça no Sec.XXI. Coimbra, 2003.

UNESCO. *Tráfico de pessoas em Moçambique: causas principais e recomendações*. In: __. Police paper n°14. 1(P):serie de relatórios sobre pobreza. Paris: 2006.

USAID. *Avaliação da Corrupção: Moçambique*. Mapu